



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 02/2026.

Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

decreta:

Art. 1º É concedida a revisão geral anual da remuneração dos servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, no percentual de 3,90% (três vírgula noventa por cento).

Art. 2º Os Anexos II e IV da Lei n. 3.464, de 25 de abril de 2019, passam a vigorar conforme os Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2026.

Palmas, aos ____ dias do mês de ____ de 2026, 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado do Tocantins.

ANEXO I, À LEI Nº _____, DE ___ DE _____ DE 2026

“ANEXO II À LEI Nº 3.464, DE 25 DE ABRIL DE 2019”

CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO MINISTERIAL - DAM				
SÍMBOLO	NÍVEL	VENCIMENTO RS	GRATIFICAÇÃO RS	TOTAL RS
Diretor Geral	-	R\$ 20.639,35	R\$ 6.879,76	R\$ 27.519,11
DAM	7	R\$ 15.991,09	R\$ 5.330,37	R\$ 21.321,46
DAM	6	R\$ 12.758,87	R\$ 4.252,97	R\$ 17.011,84
DAM	5	R\$ 10.507,27	R\$ 3.502,42	R\$ 14.009,69
DAM	4	R\$ 8.255,75	R\$ 2.751,93	R\$ 11.007,68
DAM	3	R\$ 6.004,18	R\$ 2.001,39	R\$ 8.005,57
DAM	2	R\$ 4.878,31	R\$ 1.626,11	R\$ 6.504,42
DAM	1	R\$ 4.503,15	R\$ 1.501,04	R\$ 6.004,19

ANEXO II, À LEI Nº _____, DE ___ DE _____ DE 2026

“ANEXO IV À LEI Nº 3.464, DE 25 DE ABRIL DE 2019”

FUNÇÕES DE CONFIANÇA			
SÍMBOLOS, NÍVEIS E REMUNERAÇÃO			
SÍMBOLO	NÍVEL	Valor RS	
FC	5	R\$	4.252,93
FC	4	R\$	3.769,27
FC	3	R\$	2.541,46
FC	2	R\$	2.153,91
FC	1	R\$	1.705,15



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

PARECER DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO N. 4/2026

1. APRESENTAÇÃO

O presente parecer trata da análise de impacto da proposta de Revisão Geral Anual de Subsídios, Vencimentos, Remuneração e VPI (RGASVR-VPI) referente à data base de 2026 dos servidores efetivos, comissionados e das funções de confiança, alterando as tabelas das Leis n. 3.472/2019 e 3.464/2019, com vigência a partir de 1º de maio de 2026 e índice de 3,90%.

2. METODOLOGIA E CÁLCULO

Será empregado o indicador oficial do INPC do período acumulado de janeiro de 2025 a dezembro de 2025 como base para os cálculos, que alcançou um índice de 3,90%.

A aferição do impacto respeitará os cálculos do DGPFP conforme quadro abaixo:

Quadro – Impacto decorrente da Revisão Geral Anual - DGPFP

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO CONSIDERANDO DATA BASE 2026 (3,9%) - 13º SALÁRIO, ADICIONAL DE FÉRIAS E PATRONAL			
Categoria	Impacto mensal	Impacto 2026 – início em maio de 2026 (9 meses)	Impacto anual
Efetivos	R\$ 253.982,42	R\$ 2.285.841,81	R\$ 3.047.789,07
Comissionados	R\$ 127.692,39	R\$ 1.149.231,49	R\$ 1.532.308,65
Total	R\$ 381.674,81	R\$ 3.435.073,29	R\$ 4.580.097,72

Palmas (TO), 6 de abril de 2026
DGPFP

Fonte: DGPFP

O cálculo demonstra o impacto neste exercício de 2026 é de R\$ 3.435.073,29 com a concessão da Revisão Geral Anual de 2026, com vigência a partir de 1º de maio de 2026.

3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2025.

A Lei n. 4.950, de 14/01/2026, Lei Orçamentária Anual (LOA 2026) e a Lei n. 4.949, de 14/01/2026, que altera a Lei n. 4.373, de 09/01/2024, que institui o Plano Plurianual

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

2024-2027, contemplaram valores a pretensa alteração legal na seguinte programação orçamentária:

- Unidade Gestora n.: 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça.
- Ação n.: 03.122.1144.2289 – Manutenção de Recursos Humanos.
- Valor Total de Pessoal e Encargos autorizado no Orçamento 2024: R\$ 261.009.443,75
- Elementos de despesa: n.: 3.1.90.11 / 3.1.91.13
- Fonte: 500 – Recursos Ordinários.

4. IMPACTOS NOS EXERCÍCIOS SEGUINTES.

Com base nos orçamentos fechados de 2024 e 2025 e na expectativa de 2026, apresentamos, adiante, os impactos sobre o Índice de Gasto com Pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal com a aplicação do impacto das contratações sobre o orçamento de 2025, ano em devem ocorrer as admissões e os três anos seguintes, 2027, 2028 e 2029.

Referente ao exercício 2024 (em R\$ mil) - Executado*

Despesa com pessoal	Previsão da Receita Corrente Líquida	Orçamento Total	Limite máximo (LRF) (2%)	Limite Prudencial (LRF) (1,90%)	Impacto no índice, considerando orçamento(%)
R\$188.111	R\$14.600.906	R\$274.201	R\$292.018	R\$277.417	1,29

Referente ao exercício 2025 (em R\$ mil) - Executado

Previsão Despesa com pessoal	Previsão da Receita Corrente Líquida	Previsão Orçamentária	Limite máximo (LRF) (2%)	Limite Prudencial (LRF) (1,90%)	Impacto no índice, considerando orçamento(%)
R\$212.279	R\$15.523.452	R\$337.527	R\$310.496	R\$294.945	1,37



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

Referente ao exercício 2026 (em R\$ mil) - Previsão

Previsão Despesa com pessoal	Previsão da Receita Corrente Líquida	Previsão Orçamentária	Limite máximo (LRF) (2%)	Limite Prudencial (LRF) (1,90%)	Impacto no índice, considerando orçamento(%)
R\$261.009	R\$16.128.397	R\$371.932	R\$322.567	R\$306.439	1,37

*Previsão de crescimento de INPC 2025 - 3,90%.

Referente ao exercício 2027 (em R\$ mil) - Previsão

Previsão Despesa com pessoal	Previsão da Receita Corrente Líquida	Previsão Orçamentária	Limite máximo (LRF) (2%)	Limite Prudencial (LRF) (1,90%)	Impacto no índice, considerando orçamento(%)
R\$267.534	R\$16.531.087	R\$381.230	R\$330.631	R\$314.100	1,37

*Previsão de crescimento de 2,5% das despesas, acompanhando a previsão da RCL.

Referente ao exercício 2028 (em R\$ mil) - Previsão

Previsão Despesa com pessoal	Previsão da Receita Corrente Líquida	Previsão Orçamentária	Limite máximo (LRF) (2%)	Limite Prudencial (LRF) (1,90%)	Impacto no índice, considerando orçamento(%)
R\$274.222	R\$16.944.897	R\$390.761	R\$338.896	R\$321.953	1,37

*Previsão de crescimento de 2,5% das despesas, acompanhando a previsão da RCL.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Departamento de Planejamento e Gestão

5. CONCLUSÃO

Em resumo, informamos que o impacto total com a alteração legislativa ora analisada é de R\$ 3.435.073,29 para o ano de 2026. Informamos ainda, que esse impacto representa 0,02% de impacto no índice de gasto com pessoal e encargos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que no terceiro quadrimestre de 2025 registrou 1,37%.

Em conformidade com as atribuições de seus cargos e por estarem de acordo com os dados apresentados, assinam conjuntamente o Chefe do Departamento de Planejamento, o Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, a Diretora-Geral.

Palmas, 6 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO RICARDO DE ARAUJO SILVA
Data: 06/04/2026 12:25:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão